

**Cerimónia de Abertura
do Ano Académico de 2009-2010
Universidade de Lisboa**

**André Moz Caldas
Presidente da Associação Académica da UL
18 de Novembro, 2009**

Magnífico Reitor,
Digníssimos representantes de todas as autoridades civis, militares e corpo diplomático,
Ilustres convidados,
Exmos. Senhores Professores e funcionários,
Caros colegas,
Minhas senhoras e meus senhores,

A Universidade de Lisboa celebra a abertura de mais um ano académico, encerrando-se um ciclo de profunda reorganização institucional, bem como estreando-se uma nova legislatura.

Depois da introdução do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e consequente revisão estatutária na Universidade e das suas unidades orgânicas, cumpre fazer os primeiros balanços.

O RJIES regulou a reorganização da Universidade portuguesa a partir de dois postulados: a falta de confiança nos estudantes e a falta de confiança nas próprias instituições.

Ora, o ponto de vista que colocava nos estudantes a responsabilidade por um certo imobilismo académico, nos órgãos colegiais do anterior ordenamento, para além de absurdo, revela-se errado. Ora, não parece para já que as instituições estejam a

funcionar melhor. Estão apenas a funcionar menos democraticamente e com menores níveis de participação.

Por outro lado, a conjectura de que a presença de personalidades externas nos órgãos de governo da Universidade traria uma abertura desta perante a sociedade civil, carece ainda de alguma demonstração.

No caso da Universidade de Lisboa, tivemos a oportunidade de recrutar personalidades externas – que ao fim de tanta convivência consideramos já internas, também – que têm sido incansáveis no contributo que cedem à academia. Fica aqui o testemunho da nossa gratidão.

Enfim, a imposição de reforma que o legislador serviu à comunidade académica foi compressora da sua autonomia constitucionalmente consagrada, como ensinou o Exmo. Senhor Professor Doutor Jorge Miranda, na Oração de Sapiência aqui proferida há um ano. A esse propósito, os estudantes desta Universidade apresentaram uma queixa junto do Provedor de Justiça, com vista a que este órgão suscitasse a fiscalização sucessiva abstracta da constitucionalidade do RJIES, perante o Tribunal Constitucional. Aguardamos pacientemente resposta.

O que de mais interessante havia no RJIES, o Provedor do Estudante, foi desenvolvido pelo Conselho Geral da Universidade num sentido mais amplo, conduzindo à nomeação do Professor Doutor João Sousa Lopes. Estamos gratos a Vossa Excelência pela disponibilidade que, nesta fase da vida, encontrou para os estudantes da sua casa e anunciamos a nossa disponibilidade para apoiar as actividades que entenda desenvolver.

Foi escolhido um Provedor que conhece profundamente a Universidade e será precisamente nas suas profundezas que terá de exercer as suas funções, pois não é à superfície que se encontram os seus principais problemas. Ao Provedor cabe, portanto, trazer luz ao funcionamento da instituição.

A Assembleia Estatutária da Universidade encontrou, ainda, criatividade suficiente para minorar o problema da atomização das unidades da Universidade de Lisboa, ao criar as áreas estratégicas. Falta operacionalizar este sector para encerrar em definitivo a reforma e os estudantes não poderão ser deixados de fora da construção desta parte do projecto da Universidade. A este propósito nos bateremos doravante.

Os ganhos de escala que as áreas estratégicas permitem, contribuem decisivamente para o desenvolvimento de uma identidade comum a toda a Universidade, que se encontra espartilhada por cada quintal orgânico e importa congregar. Esse trabalho é hercúleo. A primeira identificação de cada docente, funcionário ou estudante é com a sua unidade e fazê-los sentir-se pertencentes à Universidade de Lisboa é aventura semelhante à do sujeito da caverna platónica. Esperemos que não seja conducente ao mesmo destino que ele sofreu.

Esta visão não é incompatível com a autonomia das unidades orgânicas na prossecução dos seus desígnios científicos e pedagógicos, com pleno gozo das demais autonomias instrumentais que eles exijam. Porém, é preciso dar este salto e atingir com clareza a visão de quais as oportunidades que se abrem à Universidade de Lisboa quando começar a remar toda no mesmo sentido.

Também o aprofundamento de relações com o Politécnico e com outras das tantas Universidades sedeadas em Lisboa se revelaria profícuo. Talvez originasse dimensão suficiente para ambicionarmos a ter uma Universidade de dimensão nacional ou mesmo europeia e mundial e não apenas uma Universidade regional, por mero acaso instalada na capital do país.

Essa identidade colectiva levaria, existindo, à requalificação do campus da Universidade de Lisboa e à sua dinamização. O nosso campus tem de deixar de ser, citando de cor o nosso Presidente do Conselho Geral, "a rua de trás de quem vai da Avenida Lusíada para a Avenida do Brasil". Esta tem de ser uma prioridade da Universidade, como da cidade Erasmus que Lisboa pretende vir a ser.

Última novidade da revisão estatutária é a extinção da Reitoria. Esta expressão só é usada uma vez ao longo do texto dos Estatutos e crê-se que por lapso do legislador estatutário. Seja como for, essa referência coloca a Reitoria numa perspectiva funcional ou de serviços. É ao Reitor que nos referimos quando pretendemos referir a entidade. E é ao seu programa que prestamos solidariedade, enquanto prosseguir o interesse da Universidade, na perspectiva solidária com os estudantes como tem seguido até aqui. Mas aqueles que, sentindo-se "a Reitoria", exercerem o poder burocrático num sentido divergente deste com que nos solidarizamos, contarão sempre com a nossa oposição. O mesmo se diz ao nível da unidade orgânica. Muitas vezes, os directores descansam as suas responsabilidades nos ombros de uma complexa corte de secretários, directores de serviço ou chefes de secção e estes acabam por se arrogar a poderes que são de outros, esses sim, eleitos e legitimados. Essa areia na engrenagem transforma a Universidade numa organização em que muito se decide e pouco acaba por se fazer. Estaremos atentos.

Alarguemos o balanço que fizemos da reforma da Universidade, ao balanço também do chamado Processo de Bolonha.

Depois de uma ginástica medíocre de compressão dos cursos, atribuição de créditos e reconversão de graus lá desenrascámos Bolonha. Porém, depois de termos enfiado o Rossio na Rua da Betesga, resta saber se alguma coisa mudou de facto. Ora, os instrumentos da mobilidade mantêm-se os mesmos, as metodologias de ensino-aprendizagem também. Em suma, o que Bolonha tinha de interessante ficou por fazer, pondo decisivamente em causa a qualidade do ensino.

O objectivo da qualidade é central no futuro da Universidade. Não mais nos contentaremos com inquéritos intermitentes e relatórios "para inglês ver". Reclamamos uma política de garantia da qualidade estável e duradoura, que produza resultados operativos e conducentes à partilha das boas práticas. A avaliação não é a mera crítica do que está mal. É também o levantamento do que está bem e a sugestão para que os esforços conduzam os processos nesse sentido. Aguardamos a avaliação feita pela European Universities Association, na qual participámos activamente. Após esse

momento, faremos propostas para um novo modelo de gestão desta política na Universidade de Lisboa.

Apesar do especialmente bem conseguido processo de acesso para maiores de 23 anos, os trabalhadores-estudantes, deparam-se com inúmeras dificuldades. Desde os horários das aulas, aos horários dos serviços e às dificuldades diariamente colocadas a estes estudantes pelos docentes, todo um trabalho há ainda a fazer. Em rigor, o acesso destes públicos deve estimular-se em todos os graus de ensino. Se há unidades que ainda não desenvolveram suficientes programas de pós-graduação, outras há que, já os tendo, preferem estudantes a tempo integral a outros, com outras ocupações nas suas vidas. Combateremos duramente esta visão! Não pactuaremos com quem queira obrigar estudantes à condição de bolseiros de investigação, bem como pensamos que a experiência do trabalho e a própria experiência de vida qualificam as pessoas, acrescentando valor ao seu trabalho científico. Esse excessivo elitismo está caduco e deve ser definitivamente ultrapassado.

Na legislatura que se inaugura, nada de novo. Dá-se a permanência do ministro e das políticas que tem desenvolvido. Por isso não lhe concederemos estado de graça. O estado em que nos deixou já não tem graça nenhuma. Ontem mesmo, deu-se disso sinal ao marcharem milhares de estudantes em direcção ao Ministério, ao fim de anos sem contestação.

Vislumbramos alterações na forma de financiamento do ensino superior, sem que se possa acreditar no aumento das verbas disponíveis. Apenas se aprimorará, certamente, a forma de cobrir o sistema com uma manta que não tapa já os pés a todos e que votará o ensino superior português à mediocridade. Quando tivermos uma política de ensino superior civilizada, mormente no que concerne a financiamento, talvez se possa ter ensino superior de qualidade.

Recentemente, a Universidade de Lisboa colocou os dados do problema em cima da mesa, com o rigor científico da conferência sobre financiamento do ensino superior aqui organizada e da dissertação de doutoramento da Prof. Doutora Luísa Cerdeira. Através deste trabalho, confirma-se que as famílias portuguesas são as que mais

dispendem com os estudos superiores dos seus filhos. Por isso, também a Acção Social deverá sofrer ajustes, pois já são gritantes as suas deficiências, como é reconhecido pelo próprio Governo.

Enfim, aos estudantes interessa a qualidade do ensino e do sistema. Está em jogo, nada mais, nada menos, que o resto das nossas vidas. Não o vamos hipotecar.

Disse.